

António Alves Caetano

A AGRICULTURA DE PORTUGAL NOS ALVORES DE OITOCENTOS: INSUFICIENTE GRAU DE DESENVOLVIMENTO (Ensaio de Cliometria)*

Ainsi que la diversité de nos opinions ne vient pas de ce que les uns sont plus raisonnables que les autres, mais seulement de ce que nous conduisons nos pensées par diverses voies, et ne considérons pas les mêmes choses.

.... Ainsi mon dessein n'est pas d'enseigner ici la méthode que chacun doit suivre pour bien conduire sa raison, mais seulement de faire voir en quelle sorte j'ai tâché de conduire la mienne.

Descartes, **Discours de la Méthode**, 1637

Tenho imenso apreço pelo trabalho desenvolvido pelos historiadores que têm realizado pesquisas notáveis sobre a Agricultura portuguesa no século XVIII, em muitos casos fazendo estudos de história rural localizados. As conclusões a que chegam são importantes para caracterizar essa actividade económica em algumas zonas do país, em determinadas épocas. Outros ocupam-se mais especificamente de uma ou outra produção. O mesmo se diga em relação a autores de criteriosos trabalhos de síntese, como o Prof. José Vicente Serrão, por quem tenho especial consideração¹.

É importante deixar claro que as dúvidas deste economista – que gosta de fazer incursões pelo passado – acerca do estado da Agricultura portuguesa nos finais do século XVIII, início do XIX, não colidem com a qualidade das pesquisas realizadas por tantos e tão qualificados investigadores.

A Agricultura era a principal actividade económica portuguesa, apresentava características bem diferenciadas consoante as regiões que se considerassem

* Estou muito reconhecido a Maria Eugénia Mata, Fátima Sequeira Dias, José Jobson de Andrade Arruda, José Vicente Serrão, Rui de Agonia Pereira e Valter Vairinhos, ilustres professores universitários que me distinguiram com as suas análises críticas, sugerindo pistas de pesquisa, bibliografia e aperfeiçoamentos. Em nada interferiram na doutrina do artigo, que é de minha exclusiva responsabilidade.

¹ Serrão, José Vicente (2004), «A Agricultura» in *História Económica de Portugal 1700-2000, Volume I, O Século XVIII*, Organização de Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, págs. 145/175 e «A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?» in *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*, Organização de Márcia Motta, Rio de Janeiro, Editora da UFF, 2007, págs. 31/70.

e, ao longo do tempo, conhecia períodos de depressão e outros de expansão, fosse em termos de quantidades produzidas, fosse quanto a preços praticados. Havia culturas de menor expressão a par de outras cuja pujança permitia, até, alimentar a exportação. Nada disto está em causa.

O problema que se me coloca é o de saber se a Agricultura, naquele ponto fulcral do ocaso do Antigo Regime, em que se desfez o modelo imperial da Economia Portuguesa, estava em condições de ser o sustentáculo do nosso desenvolvimento económico.

Como demonstram estudos que tenho realizado com base em dados das Balanças de Comércio, com o Bloqueio continental e as invasões francesas o Brasil passou para a esfera económica da Grã-Bretanha, e foi desmantelado o esquema que se baseava nos domínios como fornecedores de matérias-primas e outros produtos, alguns dos quais eram o suporte das exportações para o estrangeiro; e como consumidores de produtos estrangeiros reexportados, de manufacturas e de produtos da agricultura da metrópole².

Claro que esta afirmação tem de ser entendida em termos relativos: mesmo depois do Tratado de Comércio de 1810 entre Portugal e a Grã-Bretanha, especialmente concebido em proveito do Brasil, continuaram a vir para Portugal produtos provenientes de todos os domínios, colónia americana incluída, e a metrópole continuou a fornecer as possessões ultramarinas. Porém, a escala foi-se reduzindo e, porque a Lusitânia foi invadida por manufacturas britânicas, passou a existir enorme défice no comércio externo português, ao invés do que se verificava até 1806.

Portanto, a Economia do Reino tinha de passar a centrar-se em Portugal, para o que era essencial dispor de uma Agricultura variada e de elevada rendibilidade. Dado que a área continental era reduzida importava que o território fosse bem aproveitado nas vertentes agrícola, pecuária e florestal; que o cultivo da terra fosse fonte de trabalho e produzisse o que era necessário para alimentar a população e garantir o seu aumento, além de disponibilizar matérias-primas em condições vantajosas para as manufacturas, assegurar

² Alves Caetano, António (2008), «A Guerra Peninsular e a Economia Portuguesa» in *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão – Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Tribuna da História, págs. 11/47; *O Comércio Externo de Portugal e a Guerra Peninsular*, XVIII Curso de Verão do Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Setembro; *O Brasil na Economia do Império Português (1796-1820)*, Anais do XXVIII Encontro Anual da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Guimarães, Novembro.

importantes fluxos de exportação e de comércio interno e contribuir para a formação de adequada rede urbana.

E a impressão que se colhe, de testemunhos coevos, qualquer que seja a sua natureza, inclusive relatos de viajantes; de estudiosos da matéria, mesmo tão insuspeitos como D. Rodrigo de Souza Coutinho; até das súplicas dirigidas às Cortes Constituintes de 1821-22, é a de que a Agricultura portuguesa não estava em condições de responder satisfatoriamente a esse desafio.

Procuro suprir a falta de elementos estatísticos para caracterizar a Agricultura portuguesa no período de transição do século XVIII para o XIX através de um estudo de estimação de valores baseado em dados consistentes de meados do século XIX. Desculpem a importância que atribuo aos números, mas, como Sombart ensinou, os números exprimem sempre valores e são estes e o seu sistema que se busca alcançar neste tipo de indagações.

Mesmo na Economia mais desenvolvida para a época – a da Grã-Bretanha – não há dados quantitativos confiáveis antes de 1866, quando foram publicadas as primeiras estatísticas agrícolas³. Outro autor escreveu «estimates of economic growth prior to the mid-nineteenth century for Britain are bound to be in the nature of controlled conjectures rather than definitive evidence»⁴, dada a ausência de fontes estatísticas confiáveis. O mesmo Crafts sustenta que o trabalho da terra, naquele país, no início do século XVIII, estava em estado de atraso medieval⁵, citando outro autor: «Farmers of the eighteenth century lived, thought, and farmed like farmers of the thirteenth century»⁶. Releve-se o exagero da frase de bonito efeito acerca de uma agricultura que permitiu a realização da «revolução industrial».

Segundo Hueckel, foi apenas durante as guerras napoleónicas que a agricultura britânica se tornou “capital intensiva”⁷. Claro que não foi assim em Portugal. Ainda em 1811, numa carta dos Governadores do Reino para o

³ Deane, Phyllis e W. A. Cole (1962), *British Economic Growth, 1688-1959, Trends and Structure*, 2d. Edition, 1967, Cambridge, at the University Press, pág. 62.

⁴ Crafts, N. F. R. (1985), *British Economic Growth during the Industrial Revolution*, Reprinted 1990, Clarendon Press, Oxford, pág. 9.

⁵ *Ibidem*, pág. 38.

⁶ Woodward, D. (1971), «Agricultural Revolution in England, 1500-1900: A Survey», *The Local History*, 9, pág. 323.

⁷ Citado por Crafts (1985), pág. 84. Hueckel, G. (1981), «Agriculture during Industrialisation», in R. C. Floud e D. N. McCloskey (eds.), *The Economic History of Britain since 1700*, Vol. I, Cambridge, Cambridge University Press.

Príncipe Regente, o Principal Sousa (outro dos irmãos Sousa Coutinho) referia o abandono das culturas, «sem gados, sem sementes, e sem os precisos trastes da lavoura», as casas destruídas: «que por este motivo se acha o Reino inculto, as terras abandonadas, e só cultivadas as de boa produção». Apelava para que o monarca fosse como D. Sancho, o Povoador, ou como D. Diniz, sem o que o Reino acabaria. Com tantos tributos com que os senhores das terras oneravam os cultivadores antes se queria «proibir ou diminuir a cultura das terras, do que para a convidar e animar»⁸.

Para o início do século XIX, finais do anterior, não existem estatísticas da produção agrícola em Portugal. Aqui ou além, encontra-se qualquer discreta referência a alguma produção, que num certo lugar se destacava, e avança-se um ou outro número, às vezes, até, uma série numérica, em regra truncada. Muito menos pode encontrar-se uma estatística decomposta por regiões. A primeira de que há conhecimento, no século XIX, foi elaborada por Claudio Adriano da Costa, a partir de dados referentes a alguns produtos, publicados no *Diário do Governo*, segundo a divisão regional da época, reportados a 1848⁹. Porque os estudiosos da Agricultura portuguesa do século XIX os têm ignorado, dei-os a conhecer em comunicação apresentada a congresso¹⁰, em que os confrontava com a estatística agrícola regional existente no mesmo território um século depois, por mim elaborada¹¹.

É possível partir daquela estatística agrícola nacional regionalizada, em 1848, para, com apoio noutras informações quantitativas, incluindo as da população em 1801¹², elaborar estimativas da produção agrícola no início do século XIX.

Outro elemento essencial à estimação é o conhecimento das áreas cultivadas. A elaboração do cadastro da superfície do território nacional foi determinada,

⁸ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Arquivo Nacional do Brasil, Elenco, Contas dos Governadores do Reino*, Volume 3, Conta n.º 84, de 27 de Março de 1811.

⁹ Costa, Claudio Adriano da (1850), «Observações ao mappa do rendimento da Agricultura em Portugal» in *Revista Universal Lisbonense*, 2.ª Série, Tomo II, págs. 514-540.

¹⁰ Alves Caetano, António (2004), *As Estruturas Regionais da Produção Agrícola do Continente entre meados de Oitocentos e de Novecentos (Do Estado Liberal ao Estado Novo)*, Actas do XXIV Encontro Anual da APHES, Lisboa, ICS.

¹¹ Alves Caetano, António (1962), «Para o estudo económico regional da Contribuição Predial Rústica» in *Ciência e Técnica Fiscal*, n.ºs 45-46, Lisboa, Agosto-Setembro, págs. 209-232. Foi publicada separata em 1963.

¹² Instituto Nacional de Estatística (INE), «Táboas Topográficas e Estatísticas, 1801» in *Subsídios para a História da Estatística em Portugal*, Vol. II, Lisboa, 1948.

em 1867, à Direcção dos Trabalhos Geodésicos, que prontamente apresentou os primeiros resultados logo no ano imediato¹³. Apesar de não haver referência expressa a esta fonte nos dados publicados por Gerardo Pery, devem ter esta proveniência, pois aludiu ao relatório no texto que precede a apresentação dos números que irão ser utilizados no presente estudo¹⁴.

Com este exercício procura obter-se um conjunto de informações estatísticas, tecnicamente coerentes, que permitam avaliar o desempenho da Agricultura nacional na época de transição entre os séculos XVIII e XIX. Obstáculo a ultrapassar consiste nas diferenças das áreas regionais nos diversos anos que estão em causa: 1801, 1848, 1864 e 1868.

A sobreposição dos mapas com as divisões administrativas existentes em 1801 e em 1842 (válida para os dados de 1848 coligidos por Claudio Adriano da Costa), permite observar que a província do Minho seria ligeiramente mais extensa em 1801; que Trás-os-Montes contava, praticamente, com os mesmos limites nas duas datas; que a Beira teria, em 1801, cerca de 10% menos de área do que em 1842; que o Algarve teria perto de 20% menos em 1801; que o Alentejo era mais extenso em 1801 (para além da região de Olivença) e que a Estremadura teria superfícies de certo modo equivalentes nas duas datas, apesar de trocas de áreas com a Beira e o Alentejo, notadas nos dois mapas¹⁵. Não existindo, sequer, o distrito como unidade administrativa em 1801, as comparações regionais têm de ser feitas ao nível das províncias, considerando que, em todas elas, não existe coincidência de áreas nas duas datas, mas que, importando obter informações que permitam raciocinar em termos de ordem de grandeza, a falta de exactidão é compensada por passar a dispor-se de números inexistentes de outro modo. Ressalvas análogas têm de ser feitas quanto às divisões administrativas de 1864 e de 1867, também não totalmente coincidentes e diferenciadas das antes referidas.

Tem de se ter a consciência de que, neste largo lapso de tempo entre 1801 e 1868, o mesmo nome de uma divisão administrativa não significa entidades iguais nas diferentes datas. Antes do cadastro feito em 1868 a dimensão de

¹³ Ribeiro, Carlos e Nery Delgado (1868), *Relatório acerca da arborização geral do Reino apresentado a Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Commercio e Industria, em resposta aos quesitos do artigo 1.º do decreto de 21 de Setembro de 1867*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.

¹⁴ Pery, Gerardo A (1875), *Geographia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional, págs. 108/109.

¹⁵ Consultáveis na Internet em <http://www2.fcsh.unl.pt>.

cada comarca ou de qualquer outra entidade administrativa variava ao sabor da vontade de cada autor. As fontes da época eram almanaques e “folhinhas” de diferentes editores, além das entidades oficiais, que também não eram confiáveis¹⁶. Mas, o importante é dispor de números que, com alguma aproximação, permitam fazer avaliações impossíveis na sua ausência.

A estimação de valores relevantes para a Agricultura portuguesa em 1801 vai ser efectuada com base em dois parâmetros usuais neste tipo de exercícios: o que estabelece a relação entre o produto agrícola e a população e aquele que relaciona o produto agrícola com a superfície cultivada. O produto ou produção agrícola é considerado em termos físicos, para evitar o factor de distorção constituído pelo valor da moeda em diferentes épocas.

O período que medeia os anos de 1801 e 1848 é bastante extenso e foi sujeito a grandes alterações no domínio do cultivo da terra em Portugal, algumas de sentido positivo – como alterações institucionais e de tecnologia, bem como importantes alargamentos de culturas – e outras de cariz negativo, em que sobreleva a destruição de capacidade produtiva gerada pelas invasões francesas. Recuar de 1848 até 1801 operando sobre todos estes factores pode admitir-se ser demasiado arriscado, por não se dispor da informação necessária para abarcar todas as variáveis determinantes.

Quando se considera o que foi a evolução nos sectores agrário e pecuário em países como a Grã-Bretanha ou a França no primeiro meio século de oitocentos, sabe-se que houve progressos significativos, o que seria de admitir – embora em menor grau – ter existido, também, em Portugal.

Na impossibilidade de estimar, com segurança, a forma como evoluíram as produtividades na Agricultura portuguesa, vai adoptar-se uma metodologia simplificada, que procura suprir a falta de elementos para fazer estimativas aceitáveis, quase pelo recurso ao absurdo. Consiste em admitir a existência, em 1801, dos quadros estruturais de 1848, o que se sabe ser contrário à realidade. Porém, este método, se não permite alcançar valores que pudessem ser os existentes no princípio do século XIX, permite afirmar que os valores que

¹⁶ «Tudo é inexacto neste país e a prova, se a querem ainda, ... é dizer a estatística de Coimbra de 1840 que a área do seu distrito são 147 léguas, enquanto que a Folhinha do Padre Vicente Ferreira, para 1846, dá a este mesmo distrito somente 111 léguas. Qual destes o número que está certo? Certamente, nem um nem outro». Cf. Claudio Adriano da Costa (1846), «Mappa da Colheita e Consumo de Cereais, no anno de 1844, no distrito de Lisboa» in *Revista Universal Lisbonense*, Série III, Tomo VI, n.º 27, pág. 316.

terão existido em 1801 seriam **seguramente inferiores** aos que se obtêm por esta metodologia, como quantidades produzidas e áreas cultivadas. Isso mesmo será assinalado nos quadros estatísticos das respectivas estimativas com o sinal de **menor**: o valor efectivo será **menor** do que o indicado.

É uma metodologia que procura inovar, de forma controlada, para suprir a falta de dados estatísticos da Agricultura para o final do século XVIII, início do XIX. Tem de se ter sempre presente que os valores encontrados para 1801 apontam, apenas, para limites, superiores ou inferiores. Mas, correctamente interpretados, irão valer mais do que o nada actualmente existente.

Com todas estas ressalvas procure-se avançar para as diferentes estimativas. Antes, porém, importa conhecer o estado da população portuguesa em 1801.

1. População Portuguesa em 1801

Conhece-se a população existente em 1801 através do recenseamento geral, também conhecido como “Censo do Conde de Linhares”, embora à época D. Rodrigo de Souza Coutinho não ostentasse o título, que só posteriormente lhe foi atribuído, já no Brasil, pelos relevantes serviços de toda uma vida em benefício da Coroa. Pela primeira vez a população nacional não foi obtida através da estimação do número médio de pessoas que habitariam cada fogo dos que tinham sido inventariados, mas por inquirição directa.

Quadro 1
PORTUGAL
PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
POPULAÇÃO E ÁREA EM 1801

Províncias	População	Área (milhas ²)	Habitantes por milha ²
MINHO	737.706	2.160	341,5
TRÁS-OS-MONTES	262.161	3.060	85,7
BEIRA	892.762	6.480	137,8
ESTREMADURA	645.519	7.470	86,4
ALENTEJO	298.166	7.740	38,5
ALGARVE	95.079	1.440	66,0
REINO	2.931.393	28.350	103,4

Fontes: População: INE, Censo de 1801; **Área:** Adrien Balbi, 1822, Tomo I, pág. 189.

Dados trabalhados pelo autor.

Regista-se uma baixa densidade populacional de 103 habitantes por milha quadrada¹⁷, só contrariada no Minho e na Beira. Mesmo a Estremadura, apesar da presença da capital, que então andaria pelos 200 mil habitantes, não ia além de uma densidade de 86,4, dado o peso da componente “alentejana” da província¹⁸. A importância da serra algarvia nota-se na reduzida densidade populacional do Algarve, registando o Alentejo, como é natural, a mais baixa de todas, com menos de 39 habitantes por milha quadrada¹⁹.

Para época próxima existe uma comparação internacional que evidencia como era reduzido o povoamento de Portugal face a outros territórios. É certo que grande número deles eram estados de fraca dimensão baseados em cidades, como as repúblicas de Hamburgo, Bremen, Francoforte, ou Lubeck, mas eram inventariados quarenta e cinco territórios com densidade populacional superior à de Portugal, sem os Açores²⁰. Há casos salientes, como o da monarquia dos Países Baixos, com uma área de 60% da portuguesa e densidade populacional de 324 habitantes por milha quadrada, quase três vezes superior aos 116 habitantes por milha quadrada de Portugal nesse ano de 1820. O reino Sardo, onde D. Rodrigo de Souza Coutinho tinha sido embaixador, cuja Agricultura apontava como exemplo a seguir na Lusitânia, tinha 74% da área nacional, em território com grandes descontinuidades, e apresentava densidade de população 60% acima da portuguesa.

Este aspecto é extremamente importante: o povoamento do nosso território era muito baixo e a Agricultura era de fraca qualidade quando tomada no seu conjunto de actividade económica motora do desenvolvimento. Para além de

¹⁷ A milha quadrada equivale a 2,59 quilómetros quadrados.

¹⁸ Com efeito, em 1801 a província da Estremadura abrangia parte dos actuais concelhos de Soure e de Condeixa-a-Nova, do distrito de Coimbra; o concelho de Vila de Rei, do distrito de Castelo Branco; o distrito de Leiria; quase todo o distrito de Santarém, excepto a parte sul do concelho de Coruche e a parte norte do de Benavente; o concelho de Ponte de Sor e parte do de Vendas Novas, ambos do actual Alentejo; o distrito de Lisboa; o distrito de Setúbal, sem os concelhos de Santiago do Cacém e de Sines, e parte do de Grândola, mais parte dos alentejanos de Montemor-o-Novo e de Ferreira do Alentejo.

¹⁹ Em 1801, ao Alentejo actual – destituído do concelho de Ponte de Sor, incorporado na Estremadura – acrescentava-se o concelho da Sertã e parte dos de Oleiros e de Proença-a-Nova, do distrito de Castelo Branco; a maior parte do concelho de Coruche e a parte norte do de Benavente, do distrito de Santarém; a região de Olivença; os concelhos setubalenses de Santiago do Cacém e de Sines e a parte oeste do de Grândola; o concelho de Alcoutim e a parte norte do de Tavira, ambos do actual Algarve.

²⁰ Balbi, Adrien (1822), *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Edição em *fac-simile*, 2004, Tomo II, págs. 262/263.

aspectos como a forte mortalidade – até a determinada por guerras como a de sucessão de Espanha e pelo terramoto de 1755 – havia a emigração. Não era impunemente que se possuíam territórios nas quatro partidas do mundo, que era necessário administrar, povoar e prover de um mínimo de tropa. A esta causa natural de despovoamento da metrópole acresceu, no século XVIII, o movimento excepcional de expatriados seduzidos pela exploração do ouro brasileiro. Ao longo deste século as estimativas apresentadas para a emigração são de valores muito elevados²¹, a ponto de a população do Reino não atingir três milhões de habitantes nos alvares de oitocentos. Não surpreende, portanto, que Portugal tenha tido crescimento populacional abaixo da média europeia na centúria de setecentos e que tivesse um dos mais fracos povoamentos da Europa no início do século XIX.

Importa fazer, ainda, mais algumas considerações com reflexos qualitativos acerca da população portuguesa. A noção de população activa era inexistente. Mesmo quando se fazia uma classificação sócio-profissional da população fazia-se apenas para os homens. A mais antiga que se conhece para Portugal foi elaborada por Marino Miguel Franzini, para a população com idade superior a 17 anos, de 1816, citada por Balbi, e que somava 888.520 ou 31,7% dos 2.800.000 habitantes estimados como total do Reino²². Porém, as mulheres tinham intensa actividade profissional para além da casa, em especial na agricultura, na indústria doméstica, no que se consideravam as artes, mesmo no comércio e como criadas. Além da multidão que enchia os conventos.

Mesmo abaixo dos 17 anos, em ambos os sexos, a maioria trabalhava nos campos e nos ofícios. Como se observa no quadro publicado por Balbi era uma estrutura sócio-profissional muito desequilibrada. Citem-se, apenas, os casos extremos: em relação à população masculina considerada pelo coronel Franzini, para 1816, a maioria estava vinculada à agricultura e pecuária, com 54,1%. No outro extremo estavam 2.500 alunos acima dos 16 anos, ou seja, apenas 0,3% do total era população estudantil com escolaridade mais avançada. Não seria surpreendente se, na realidade, a estrutura sócio-profissional fosse ainda mais desequilibrada, já que estes valores foram obtidos

²¹ Godinho, Vitorino Magalhães (2009), *Ensaio e Estudos – Uma maneira de pensar*, Vol. I, Lisboa, Sá da Costa Editora, pág. 186 e *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 3.ª edição, 1977, pág. 57.

²² Balbi (1822), Tomo I, pág. 234.

pelo coronel Franzini adaptando a Portugal os resultados do Recenseamento da população...da Espanha, de 1797, publicado em 1801²³.

2. Estimativa da População Portuguesa em 1848

A primeira estimativa a realizar será a da população em 1848, por províncias, para calcular as relações entre quantidades produzidas de produtos agrícolas e as populações existentes nos diferentes espaços territoriais. Para esta época não é possível calcular a produtividade por activo, na medida em que o moderno conceito de população activa não é susceptível de ser aplicado então, como sublinhado. Este quociente entre produção agrícola e população em cada província será um factor importante para estimar a produção agrícola de 1801. Utilizou-se o Censo de 1801 e o I Recenseamento geral da população, que se realizou apenas em 1864. Através da interpolação linear entre os dois censos, para as diversas divisões administrativas, pode estimar-se a população do continente português em 1848, registada no Quadro seguinte. Porque se procura dispor de um índice que aproxime, o mais possível, a população de cada província do exercício da actividade agrícola, na Estremadura excluiu-se a população da cidade de Lisboa, com peso significativo na província.

Quadro 2
PORTUGAL
PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM 1848
A PARTIR DAS DOS CENSOS DE 1801 E DE 1864

Províncias	1801 Censo	1848 Estimativa	1864 Recens.to
MINHO	737.706	895.517	949.240
TRÁS-OS-MONTES	262.161	354.475	385.901
BEIRA	892.762	1.187.004	1.287.172
ESTREMADURA (*)	455.519	598.038	646.555
ALENTEJO	298.166	335.488	348.193
ALGARVE	95.079	158.073	179.517
R E I N O (*)	2.741.393	3.528.595	3.796.578
(*) S/ cidade Lisboa			

Fontes: Censo de 1801 – INE; Recenseamento de 1864 – Gerardo Pery (1875), pág. 81.
Dados trabalhados pelo autor.

²³ Ibidem, pág. 232.

Não considerando a população da cidade de Lisboa, pelos motivos enunciados, a população portuguesa em 1848 ultrapassaria os três milhões e quinhentos mil habitantes, com a Beira bem destacada na frente, seguida pela província do Minho. A maior distância surgia a Estremadura. Trás-os-Montes ultrapassava o Alentejo, denotando um ritmo mais acelerado de povoamento, já que em 1801 o Alentejo estava mais povoado. Algarve mantinha-se como a província de mais baixa população.

3. Cálculo da “produtividade da população” em 1848

A estimativa antes elaborada é necessária para, pelo confronto com a produção agrícola conhecida para 1848, determinar os valores do rácio por províncias que relaciona as duas séries estatísticas.

Como foi salientado, na impossibilidade de determinar qual a população activa da Agricultura, utiliza-se uma medida grosseira de produtividade do trabalho, razão pela qual se coloca a expressão entre aspas.

Desde já, importa esclarecer o conteúdo da informação recolhida como produção agrícola em 1848 e que vai ser apresentada no Quadro 3: é uma amostra do que deveria ser o resultado da exploração dos campos em Portugal. Claudio Adriano da Costa, no comentário inicial ao quadro que elaborara, sublinhou faltarem rubricas importantes, como animais vivos, fruta e hortaliças, lenhas e madeiras, cortiça, palhas, ervas e pastagens. Não eram coisas de somenos, porque até os ovos, por exemplo, constituíam «um artigo importante da exportação da França para a Inglaterra». No quadro elaborado pelo nosso Autor avultam os cereais (sem a aveia), duas leguminosas (sem o grão-de-bico), batata, vinho, azeite e arroz. De qualquer modo, é uma amostra significativa²⁴. Os cereais representavam 58% da produção, com o milho a responder por 28% do total; a quantidade de vinho era 24% da produção e a batata, 14%. Ou seja, cereais, vinho e batata totalizavam 96% da amostra.

Surpreende que, com frequência, haja manifestações contrárias à importância que autores coevos atribuíam aos cereais porque, juntando-lhe a aveia, deveriam ser mais de 60% do total, o que justifica as preocupações que havia

²⁴ Tanto a aveia como o grão-de-bico teriam produções reduzidas, a avaliar pelos elementos recolhidos pela Prof.^a Miriam Halpern Pereira, para o ano de 1852. Cf. Pereira, Miriam Halpern (1971) – *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.^a Edição, 1988, Lisboa, Sá da Costa, III – Quadros Estatísticos, Quadro IX.

com o seu cultivo, base da alimentação, sendo abundantes as referências a estabelecer correlação positiva entre o pão barato e o aumento populacional. No entanto, limitada que seja a amostra da produção agrícola cujo valor foi possível conhecer para 1848, permite dispor de coeficientes que podem ajudar a projectar amostras de produção de estrutura análoga para outras épocas.

Quadro 3
PORTUGAL
PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
PRODUÇÃO AGRÍCOLA E POPULAÇÃO EM 1848
E RÁCIO CORRESPONDENTE

Províncias	Produção Agrícola (toneladas)	População	Rácio Toneladas/População
MINHO	342.860	895.517	0,38
TRÁS-OS-MONTES	245.678	354.475	0,69
BEIRA	506.504	1.187.004	0,43
ESTREMADURA	296.327	598.038	0,50
ALENTEJO	230.114	335.488	0,69
ALGARVE	31.695	158.073	0,20
REINO	1.653.178	3.528.595	0,47

Nota: Nas populações da Estremadura e do Reino está excluída a de Lisboa.

Fontes: Produção Agrícola – Claudio Adriano da Costa (1850); População – Quadro 2. Dados trabalhados pelo autor.

Verifica-se pelos resultados acabados de apresentar, que, apesar de não se contar com a população de Lisboa, a capitação do Reino era de 470 quilogramas de produtos agrícolas, com os melhores quocientes em Trás-os-Montes e Alentejo, acidentalmente coincidentes, ao nível de 690 quilos, seguidos da Estremadura (sem Lisboa), que ainda ficaria acima da média nacional, e Beira, com 430 quilogramas, apenas.

A estrutura da produção no Minho apresentava, segundo estes dados de 1848, mais de metade da tonelagem total absorvida pelo milho, e um terço no vinho verde²⁵. O centeio representava oito por cento e o resto era de pouca monta. O rácio de 380 quilogramas por habitante deve reflectir, por um lado, a ausência, na amostra, de outras produções significativas no noroeste português e, por outro, a pressão demográfica, que empurrava para a emigração.

²⁵ Alves Caetano (2004), págs. 8/10, bem como toda a análise, que se segue, das estruturas provinciais da produção agrícola de 1848.

O outro caso de déficit pronunciado é o do Algarve, com, apenas, 200 quilos por habitante. Com o maior peso nos cereais – trigo, cevada, milho, centeio, por esta ordem, representavam 71% da tonelagem – admite-se fraca produtividade do trabalho, a que acresce a importância, nesta província, dos frutos secos, exportáveis, e de outras produções não abrangidas no quadro.

A Beira, ainda abaixo da média nacional, tinha o milho como principal cereal (como o Minho), seguido por centeio, cevada e trigo, o conjunto a valer 60% da tonelagem, a que acresciam 25% do vinho e 10% da batata. Esta, em especial pelo contributo da região da Guarda. A ausência de dados sobre gado, frutos e lenhas, também nesta província deve contribuir para acentuar o peso populacional, que não deixava de se manifestar em migrações para o Alentejo na época das colheitas, como na emigração para o Brasil.

4. Estimativa da Produção Agrícola em 1801

Recuando quase meio século, aos alvares de oitocentos, e raciocinando acerca da relação que poderia existir entre a produtividade do trabalho na Agricultura em 1801 e em 1848, é natural admitir que seria menos elevada no início do século, como já foi salientado. Basta considerar o menor nível de conhecimentos técnicos, o emprego reduzido de adubos e o carácter mais rudimentar das alfaías utilizadas. Que era natural que assim fosse, na Agricultura da época, demonstram dados existentes quanto à Grã-Bretanha e à França, apresentados a seguir em termos monetários²⁶. Os valores que se utilizam para Portugal não o são, mas as interpretações das variações no tempo são do mesmo género.

Quadro A – Produção de Bens *Per Capita* em £ Esterlinas

(médias anuais no período decenal)

Período	Grã-Bretanha	França (a)	França (b)
1781-90	6,94	9,53	7,94
1845-54	13,80	14,27	11,24

(a) Francos convertidos em £ usando a taxa de câmbio baseada na produção francesa.

(b) Idem, baseada na produção britânica.

²⁶ O'Brien, Patrick e Caglar Keyder (1978), *Economic Growth in Britain and France 1780-1914: Two Paths to the 20th. Century*, London, George Allen & Unwin. Quadro A, pág. 61; Quadro B, pág. 91; Quadro C, pág. 92.

Quadro B – Produtividade do Trabalho na Agricultura em £ Esterlinas

(médias anuais no período decenal)

Período	Grã-Bretanha	França (a)	França (b)
1781-90	24,7	25,6	25,2
1845-54	53,0	29,7	28,9

(a) e (b) Ver notas no Quadro A.

Quadro C – Produção Agrícola a preços correntes

(médias anuais no período decenal)

Período	Grã-Bretanha (£m.)	França (mFrancs)
1781-90	38,3	2.927
1845-54	105,9	5.654

No entanto, e em conformidade com a explanação já feita da metodologia a adoptar nestas estimações, vai admitir-se que não houve melhoria da produtividade do trabalho exercido na Agricultura entre 1801 e 1848, avaliada, de forma grosseira, como referido, pelo rácio estimado no número anterior.

Deste modo, a aplicação do rácio de 1848 à população de 1801 permitirá alcançar valores de produção agrícola **superiores** aos que adviriam da “produtividade da população” que terá existido em 1801, manifestamente abaixo da estimada para 1848. O mesmo é dizer, como expressa o Quadro seguinte, que a produção agrícola de cada província terá sido **inferior** aos números obtidos pela aplicação do rácio à população, razão pela qual são afectados pelo sinal de **menor**.

Assinale-se que a produção agrícola de cereais, vinho, batata, leguminosas, azeite e arroz, em 1801, é estimado não atingir 1.297.618 toneladas, cerca de 22% menos do que a produção obtida quase meio século depois, o que corrobora a afirmação feita de que este critério de estimação conduziria a uma produção agrícola seguramente **superior** à que se terá realmente registado, mas é desconhecida²⁷. O ordenamento regional mantém Beira, Minho e

²⁷ É natural que as coisas entre nós fossem piores do que em França, mas se fosse admitido que, em Portugal, entre 1801 e 1848 havia uma evolução da produtividade na Agricultura análoga à que se observou em França (ver Quadro B, acima), entre o período de 1781-90 e o de 1845-54, o rácio de 1801 corresponderia a 86% do rácio de 1848, que era de 0,47 toneladas por hectare, passando, assim, para 0,40. Como resultado, a produção nacional de 1801 seria, apenas, de 1.096.557 toneladas.

Estremadura com as maiores toneladas, mas em 1801 o Alentejo supera Trás-os-Montes, quando em 1848 se verificou o contrário.

Quadro 4
PORTUGAL
PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 1801
A PARTIR DA POPULAÇÃO E DO RÁCIO TONELADAS/POPULAÇÃO

Províncias	População	Rácio Toneladas/ /População	Produção Agrícola (toneladas)
MINHO	737.706	0,38	< 280.328
TRÁS-OS-MONTES	262.161	0,69	< 180.891
BEIRA	892.762	0,43	< 383.888
ESTREMADURA	455.519	0,50	< 227.760
ALENTEJO	298.166	0,69	< 205.735
ALGARVE	95.079	0,20	< 19.016
R E I N O	2.741.393	0,47	< 1.297.618

Nota: Nas populações da Estremadura e do Reino está excluída a de Lisboa.

Fontes: População – Censo de 1801; Rácio – Quadro 3.
Dados trabalhados pelo autor.

5. Estimativa da Área Cultivada em 1848

Passa-se à consideração de outro elemento essencial para ajuizar da situação da Agricultura no início do século XIX, que é a área ocupada pelas produções agrícolas. Como já salientado, reportam-se a 1868 os mais recuados dados da agrimensura em Portugal.

A partir do conhecimento das áreas cultivadas nas seis províncias em 1868 é possível elaborar a estimativa da superfície que estaria ocupada com culturas desse tipo em 1848, ano para o qual se dispõe dos valores mais antigos de produção agrícola regionalizada. Os resultados constam do Quadro 5.

Dada a circunstância de ser admitido que, com a Regeneração, as acções de fomento económico se foram repercutindo um pouco por todo o lado, não custa a admitir que, nos vinte anos que medeiam as duas datas, se tivesse produzido alargamento das áreas de cultivo, o que se procurou evidenciar admitindo representarem, em 1848, em todas as províncias, 90% das áreas de cultura registadas no levantamento de 1868. Admite-se, ainda, que a estrutura interna

da produção em cada província se mantém inalterada e que as áreas de cultivo de cada espécie acompanham a proporção indicada.

Quadro 5
 PORTUGAL
 PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
 ESTIMATIVA DA ÁREA CULTIVADA EM 1848
 A PARTIR DA ÁREA CULTIVADA EM 1868

Províncias	Área cultivada pela Agricultura		
	1868 Ha.	1848 % de 1868	1848 Ha.
MINHO	498.000	90	448.200
TRÁS-OS-MONTES	469.000	90	422.100
BEIRA	1.310.000	90	1.179.000
ESTREMADURA	940.000	90	846.000
ALENTEJO	1.190.000	90	1.071.000
ALGARVE	235.000	90	211.500
R E I N O	4.642.000	90	4.177.800

Fonte: Gerardo Pery (1875) – Área cultivada em 1868, pág. 108.
 Dados trabalhados pelo autor.

6. Estimativa do Rendimento por Hectare em 1848

Dispondo, para cada província, em 1848, de dados referentes à produção agrícola e à área cultivada, calcula-se o rendimento agrícola por unidade de superfície, o que se resume no Quadro seguinte.

Quadro 6
 PORTUGAL
 PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
 ESTIMATIVA DO RENDIMENTO POR HECTARE EM 1848

Províncias	Produção Agrícola (toneladas)	Área Cultivada (Hectares)	Rácio Toneladas/ /Hectare
MINHO	342.860	448.200	0,76
TRÁS-OS-MONTES	245.678	422.100	0,58
BEIRA	506.504	1.179.000	0,43
ESTREMADURA	296.327	846.000	0,35
ALENTEJO	230.114	1.071.000	0,21
ALGARVE	31.695	211.500	0,15
R E I N O	1.653.178	4.177.800	0,40

Fonte: Produção agrícola – Claudio Adriano da Costa (1850); Área cultivada – Quadro 5.
 Dados trabalhados pelo autor.

Importa sublinhar que o rendimento médio do Reino é de 400 quilogramas por hectare, com os extremos – como é natural – no Minho, com 760 quilogramas e no Algarve com, apenas, 150 quilos. Acima da média nacional encontra-se Trás-os-Montes, com 580 quilogramas e a Beira, com 430. O Alentejo quedava-se em 210 quilogramas por hectare.

Dado o conjunto de produções reunidas no quadro elaborado por Claudio Adriano da Costa, em que predominam os cereais, o vinho e a batata, e a forma como estas culturas estruturam a produção de cada província, verifica-se que, nesta época, ainda com processos culturais rudimentares, as produções estariam mais afeitas às condições de solos e clima, correspondendo às regiões naturais do Prof. Orlando Ribeiro, como evidenciam os mapas da distribuição de cada espécie cultivada publicados por David Justino²⁸.

O milho, que era o cereal de maior implantação, totalizando mais de 460 mil toneladas, avantajava-se no Minho, espraiava-se para sul pelo litoral, pelas regiões de Aveiro, Viseu e Coimbra, Leiria e Santarém, esmaecendo no oeste de Lisboa, a vincar a sua apetência atlântica²⁹.

O vinho, que também atingia mais de 400 mil toneladas, sobrepunha-se à área antes referida, mas avançava para Trás-os-Montes, não apenas na terra quente duriense e emergia tanto nas bandas da Guarda como na península de Setúbal. Ao tempo, o vinho alentejano e o algarvio tinham reduzida expressão. A tonelagem seguinte pertencia à batata, com mais de 230 mil toneladas. Era, toda ela, uma produção transmontana (esta província originava mais de metade da quantidade produzida) e raiana, já que as regiões de Portalegre e da Guarda eram as imediatas. Eram residuais as produções das zonas beirãs de Coimbra, Viseu e Aveiro, bem como na península de Setúbal.

De trigo produziram-se, em 1848, quase 230 mil toneladas, típico produto mediterrânico, ocupando todo o sul, com destaque para a Estremadura, à excepção da região de Leiria e da península de Setúbal. O Baixo Alentejo seguia-a de perto, avantajando-se à zona de Évora, que precedia as de Portalegre e Santarém, muito assemelhadas. Também eram dignas de nota as produções do Algarve e dos campos regados do baixo Mondego.

²⁸ Justino, David (1988) – *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal 1810-1913*, Lisboa, Veja, Vol. I, págs. 35 a 48.

²⁹ Alves Caetano (2004), págs. 8/10, compreendendo a exposição seguinte sobre a estrutura regional da produção agrícola.

Cereal de destaque era, ainda, o centeio, com o seu habitat natural nas regiões frias e altaneiras, bem como em outras terras fracas, que se estendia desde Trás-os-Montes, pela raia, às zonas da Guarda (maior produção), Castelo Branco e Portalegre. Referência, ainda, às regiões de Braga e de Viseu.

Finalmente, fale-se do azeite. Árvore mediterrânica por excelência e tida como a mais importante delas, era pouco e mal cuidada em Portugal. São frequentes as alusões à baixa qualidade do produto obtido em resultado de práticas ancestrais que pouco deviam a tecnologia evoluída. A técnica de prensagem era defeituosa. Tenha-se presente que as importações de azeite em Portugal não eram esporádicas. Em 1848 a produção pouco foi além das 15 mil toneladas de azeite, com a maior saliência no Alentejo (30% da produção), Beira (sem Aveiro), Estremadura ribatejana e leste de Trás-os-Montes.

De acordo com a hipótese formulada de as áreas cultivadas, em 1848, corresponderem a 90% das de 1868, a cultura com maior rácio de rendimento por unidade de superfície era a batata, com 8,53 ton./ha., enquanto o trigo tinha o rácio de 0,97 ton. e o milho, de 0,99 ton. O vinho registava um rácio ainda elevado, de 2,2 ton./ha., enquanto o azeite apresentava o mais baixo entre as culturas inventariadas por Claudio Adriano da Costa: 0,08 ton. /ha.

Há condições de fazer uma comparação internacional acerca da cultura do trigo, que nesta época e como ficou registado, teria um rendimento de 970 quilogramas por hectare. Segundo estimativa elaborada para a Grã-Bretanha de 1850, o rendimento da colheita deste cereal era praticamente o dobro do que se admite existir em Portugal, alcançando mais de 1,8 ton./ ha.³⁰. Outros autores, considerando apenas terras de primeira qualidade, e ainda para *circa* 1850, estimam que a colheita de trigo em Inglaterra se situava ao mesmo nível, de 1,75 toneladas por hectare, sendo na França 20% inferior, de 1,4 ton./ha.³¹. Estes confrontos fazem admitir que as estimativas feitas para Portugal, por esta altura, não deveriam afastar-se, significativamente, da realidade.

7. Estimativa da Área Cultivada em 1801

Este é outro núcleo essencial para se estimar, em traços gerais, o estado da Agricultura portuguesa nos finais do século XVIII, início do XIX.

³⁰ Crafts (1985), pág. 44.

³¹ O'Brien e Keyder (1978), pág. 126.

Adoptar qualquer critério de redução do rendimento por unidade de superfície no decurso de quase meio século que separa 1848 de 1801 introduziria demasiado arbítrio, susceptível de invalidar os resultados a que se chegasse na mais antiga daquelas datas.

Admitir que, entre 1801 e 1848, a rendibilidade por hectare não se alterou, sabe-se não ser verdadeiro, mas altamente favorável quanto aos valores que resultarão para a área cultivada em 1801. Como sublinhado na nota metodológica inicial, o critério é o mesmo adoptado para a “produtividade da população”. Está implícito nesta hipótese não se registarem alterações significativas na estrutura da produção agrícola (cereais, vinho, batata, leguminosas, azeite) entre 1801 e 1848.

A produção agrícola em 1801, nas províncias e no Reino, tinha de corresponder a valores **inferiores** aos registados no Quadro 4. Para efectuar os cálculos exigidos por este passo da metodologia de estimação há que arbitrar valores para o produto agrícola em 1801. Com o propósito de que os erros de cálculo sejam pequenos por defeito e não por excesso, admite-se que, em todo o Reino, foi apenas 5% inferior aos valores apresentados no Quadro 4, ou seja, de 95% dos limites superiores ali consignados. São esses os números utilizados na primeira coluna do Quadro 7 (a seguir) aos quais se aplicam os rácios da produção por hectare de 1848 para obter os limites superiores das áreas cultivadas, porquanto se sabe que a produtividade por unidade de superfície cultivada tinha de ser, em 1801, necessariamente **inferior** à de 1848: as perdas de capacidade produtiva originadas pelas invasões francesas foram superadas por progressos institucionais e tecnológicos e pelo alargamento de culturas entretanto verificado.

Assim sendo, os números que se obtêm para a área cultivada em 1801, e apresentados na última coluna do Quadro 7, têm de ser afectados pelo sinal de **menor**, porque os valores que terão existido nesse início do século XIX teriam de ser, necessariamente, **inferiores** aos aqui registados.

Na análise do quadro destaca-se que a maior área cultivada estaria no Alentejo, em associação com o baixo rendimento por unidade de superfície, seguido pela Beira, onde a suposta rendibilidade por hectare supera a média nacional. A Estremadura perfila-se a seguir, apesar da baixa produtividade que lhe é atribuída, deixando a distância o norte, minhoto e transmontano, onde se

registariam maiores produções por unidade de superfície. Algarve é, naturalmente, a província de menor área cultivada.

Quadro 7
PORTUGAL
PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
ESTIMATIVA DA ÁREA CULTIVADA EM 1801
A PARTIR DA ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO E DO RÁCIO TONELADAS/HECTARE

Províncias	Produção Agrícola 95% (toneladas)	Rácio Toneladas/ /Hectare	Área Cultivada (Hectares)
MINHO	266.312	0,76	< 350.411
TRÁS-OS-MONTES	171.846	0,58	< 296.286
BEIRA	364.694	0,43	< 848.126
ESTREMADURA	216.372	0,35	< 618.206
ALENTEJO	195.448	0,21	< 930.705
ALGARVE	18.065	0,15	< 120.433
R E I N O	1.232.755	0,39	< 3.164.167

Fontes: Produção Agrícola – Quadro 4; Rácio – Quadro 6.
Dados trabalhados pelo autor.

Segundo este critério de estimação, a área total do Reino cultivada, em 1801, seria **inferior** a 3.164.167 hectares, ou 36% apenas, da área continental, excluída a superfície social, grandezas que serão a seguir apresentadas. Também, não representaria mais do que 68% da de 1868, o que equivale a cerca de 32% de acréscimo de área cultivada em quase setenta anos do século XIX. Assim, os resultados obtidos para 1801 são, sem sombra de dúvida, **superiores** aos que se terão verificado na realidade, o que importa ter sempre presente na ponderação deste tipo de estimativas.

8. Superfícies Cultivada e Inculca em 1868

É o momento de regressar aos dados fornecidos pelo cadastro territorial elaborado em 1868, considerando não apenas a superfície cultivada mas as restantes, que permitem determinar a superfície total do Reino.

Os técnicos da Direcção dos Trabalhos Geodésicos apresentaram o território das províncias do continente repartido entre superfície social, produtiva ou cultivada e inculca. A primeira compreendia a área ocupada pelas povoações, estradas, caminhos-de-ferro, rios e ribeiras e somava 137.529 hectares. A parte inculca englobava 153.500 hectares repartidos por cumeadas, encostas

fragosas e areaais, considerados improditivos. Não era especificada – pelo menos na transcrição feita por Gerardo Pery – a sua repartição provincial. Assim, em termos nacionais, a parte inculta, mas susceptível de aproveitamento, principalmente representada por baldios e charnecas, totalizava 4.029.500 hectares.

Os resultados do trabalho feito em 1868 são sintetizados no Quadro seguinte.

Quadro 8
PORTUGAL
PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
SUPERFÍCIES CULTIVADA E INCULTA EM 1868
(Unidade: Hectare)

Províncias	S U P E R F Í C I E			Inculta/ /Total
	CULTIVADA	INCULTA	T O T A L	
MINHO	498.000	220.000	718.000	0,31
TRÁS-OS-MONTES	469.000	635.000	1.104.000	0,58
BEIRA	1.310.000	1.057.000	2.367.000	0,45
ESTREMADURA	940.000	795.000	1.735.000	0,46
ALENTEJO	1.190.000	1.240.000	2.430.000	0,51
ALGARVE	235.000	236.000	471.000	0,50
R E I N O	4.642.000	4.183.000(a)	8.825.000	0,47
Superfície Social			137.529	
R E I N O T O T A L			8.962.529	

(a) Compreende 153.500 hectares improditivos, de que não se conhece a repartição regional.

Fonte: Gerardo Pery (1875), pág. 108
Dados trabalhados pelo autor.

Refira-se que a superfície cultivada se desdobrava em área agrícola e florestal, não se sabendo a repartição que existia para cada província. Sabe-se, apenas, que os 4.642.000 hectares produtivos representavam pouco mais de metade do território continental. Além disso, a área destinada à alimentação do gado através de pastagens naturais e prados era de 32,4% e a das matas de 5,6%. Para cereais, vinhas, árvores frutíferas, batatas, leguminosas, hortas, etc. a área ocupada correspondia a 48,0% do total cultivado, acrescentando-se-lhes 14% como superfície reservada aos pousios. Portanto, a alimentação humana não chegava a absorver duas terças partes da área cultivada³².

³² Pery (1875), págs. 108/109.

Pelo Quadro 8 verifica-se que mais de metade da superfície em causa era cultivada, com 47% inculta. Em termos regionais, havia diferenças. Como era de esperar da policultura intensiva de regadio do Minho só 31% eram incultos. A Beira e a Estremadura ainda apresentavam maiores superfícies cultivadas do que incultas, o que já não se verificava no Alentejo, com 51% de terras fora de cultivo e, em especial, em Trás-os-Montes, onde o forte acidentado do território justificava a existência de 58% de incultos. Algarve, quase que assegurava que litoral e serra se equivaliam em superfícies cultivadas e incultas.

Retenha-se, «a benefício de inventário», como se dizia em linguagem contabilística, que, em 1868, em plena Regeneração, no território do Reino, ainda havia 4.029.500 hectares de superfície inculta mas cultivável, ou seja, 46% do território, excluída a superfície social.

9. Superfícies Cultivada e Inculta em 1801

Parte-se dos valores antes apurados para a soma, em cada província, das superfícies cultivada e inculta, para determinar a respectiva distribuição no início do século XIX, mais precisamente em 1801, ano para o qual se dispõe de um conjunto de informações estatísticas confiáveis acerca da repartição regional da população, proporcionadas pelo Censo do Conde de Linhares.

Desprezando a particularidade de, em 1801, o território de Olivença ainda integrar o Alentejo, utilizam-se como valores totais da superfície a considerar na dicotomia cultivado-inculto, os que existiam em Portugal em 1868.

O confronto, em cada província, deste total com a superfície cultivada (calculada no Quadro 7), permite obter, por diferença, a superfície inculta, o que é sintetizado no Quadro que figura a seguir. Dado que os valores efectivos de 1801, quanto a superfície cultivada, terão de ser **menores** do que os apurados, segue-se que a superfície inculta de 1801, em cada província e no Reino, tem de ser **superior** à indicada no Quadro 9, situações que são evidenciadas pelos correspondentes sinais de desigualdade.

Assim, os números apurados demonstram que, em Portugal, **dois terços (ou mais)** da área a que se desconta a superfície social seria **inculta**, verificando-se os maiores défices culturais no Algarve, onde mais de 74% do território seria inculto, e em Trás-os-Montes, onde essa percentagem era de 73.

Quadro 9
 PORTUGAL
 PROVÍNCIAS DO CONTINENTE
 ESTIMATIVA DAS SUPERFÍCIES CULTIVADA E INCULTA EM 1801
 (Unidade: Hectare)

Províncias	S U P E R F Í C I E			Inculta/ /Total
	CULTIVADA	INCULTA	T O T A L	
MINHO	< 350.411	> 367.589	718.000	> 0,51
TRÁS-OS-MONTES	< 296.286	> 807.714	1.104.000	> 0,73
BEIRA	< 848.126	> 1.518.874	2.367.000	> 0,64
ESTREMADURA	< 618.206	> 1.116.794	1.735.000	> 0,64
ALENTEJO	< 930.705	> 1.499.295	2.430.000	> 0,62
ALGARVE	< 120.433	> 350.567	471.000	> 0,74
R E I N O	< 3.164.167	> 5.660.833	8.825.000	> 0,64

Fontes: Superfície Cultivada – Quadro 7; Superfície Total – Quadro 8.
 Dados trabalhados pelo autor.

Beira e Estremadura estariam ao nível do Reino, com mais de 64% de incultos. No Alentejo, onde mais de um milhão e meio de hectares estavam sem cultivo, isso correspondia a mais de 62% da superfície da província. Mesmo no Minho, da maior densidade populacional e da policultura regada, a área inculta superaria a cultivada.

10. Hipotética situação da Agricultura de Portugal em 1801

A estimativa que se fez era susceptível de ser realizada em termos nacionais, sem o desdobramento regional. Dispunha-se de dados suficientes para tanto. Porém, ao abordar o tema Agricultura deve procurar-se, o mais possível, não perder a perspectiva espacial, que consagra as particularidades decorrentes das diversas condições naturais de solo, relevo e clima e das inerentes diferenciações de povoamento, igualmente associadas ao regime de cultivo existente, que vai do minifúndio ao latifúndio.

Esta a razão de se ter dado preferência a uma estimação em que, em cada passo, se evidenciassem as diferenciações regionais, o que constituiria, também, teste à verosimilhança dos resultados parcelares obtidos.

O material até agora carreado com o intuito de dar uma expressão quantitativa ao principal da Agricultura portuguesa no início de oitocentos, caracterizou-se por critérios de estimação que não falseariam os resultados obtidos.

Tanto quanto às quantidades de produtos obtidas numa amostra que valeria bem mais de dois terços do valor do que se produziria em termos agro-silvo-pecuários, como quanto às correspondentes áreas cultivadas, os critérios de estimação conduziram a produções e a áreas de cultura manifestamente **superiores** às que se terão registado na realidade.

Faça-se, então, a síntese dos resultados.

Em termos de quantidades produzidas, a estimativa para 1801 apontou para valores **inferiores** a 1.297.618 toneladas, ou seja, 78,5% da produção registada em 1848, que foi de 1.653.178 toneladas. Quer dizer que, em quase meio século, a produção agrícola reunida no quadro elaborado por Claudio Adriano da Costa pouco mais se expandiria do que 20%. Necessariamente, a produção correspondente à amostra utilizada tinha de ser, em 1801, substancialmente **inferior** às cerca de 1,3 milhões de toneladas da estimativa.

Quanto às áreas cultivadas, o valor a que conduziram as estimativas elaboradas foi **inferior** a 3.164.167 hectares, em 1801. Confrontando com a estimativa feita para 1848 (4.177.800 hectares) regista-se 76%, o que significa que a expansão da área cultivada, no Reino, entre 1801 e 1848, andaria pelos 24%. É manifesto, portanto, que a superfície cultivada, em 1801, seria **inferior** aos estimados 3.164.167 hectares.

Estas duas evidências são fulcrais para sublinhar a debilidade estrutural da Agricultura portuguesa na transição do século XVIII para o XIX.

No entanto, não parecem ser aceitáveis as hipóteses formuladas por Gerardo Pery, de que a área de cultura do trigo seria, em 1835, a terça parte do que se registara então; de que o cultivo da batata também só tivera expansão depois de 1835; e de que a cultura do arroz só conheceria incremento após 1845³³.

Gerardo Pery apontou como área cultivada do trigo, em 1868, a de 260.000 hectares. Considerando o terço deste valor teríamos como área trigueira, em 1835, a de 86.667 hectares. Segundo a hipótese formulada para as áreas de cultivo em 1848, estas seriam 90% das de 1868, pelo que a área reservada ao trigo teria sido de 234.000 hectares, em 1848. Como a produção registada deste cereal foi de 228.076 toneladas, o respectivo rendimento por unidade de superfície é de 970 quilogramas.

³³ Pery (1875), págs. 115 a 118.

Admitindo que em 1835 este rendimento não era inferior, aquela hipótese significaria uma produção nacional de trigo, neste ano, de 84.067 toneladas, ou seja, menos de 37% do que era em 1848.

Assim sendo, a situação seria ainda pior por alturas de 1801, o que exigiria enormes importações de trigo, nesses anos, para suprir um tão gigantesco défice de produção indígena. Ora, o que se verifica nos registos existentes desde 1796 é que as compras de trigo ao estrangeiro eram relativamente regulares, só registando picos em anos – esporádicos – de abatimento excessivo da produção nacional. E mesmo esses, como foi o caso do próprio ano de 1801, ficavam longe da expressão catastrofista que teria de decorrer das minguadas áreas de cultivo de trigo decorrentes daquela suposição.

Quanto ao arroz, de que se produziu tão pouco em 1848, uma drástica redução das áreas de cultivo no princípio do século teria de determinar importações significativas, o que não é o caso. Também escasseiam as informações acerca dos hábitos do seu consumo doméstico nessa época recuada.

Substancial redução da superfície de cultivo da batata, no início de oitocentos, em confronto com os 30.000 hectares que ocupava em 1868, não é compaginável com a difusão que a sua cultura teve na Europa, a partir de meados do século XVIII. Portugal não terá sido excepção, a avaliar pela indicação dada por um estudioso, habitual colaborador da *Revista Universal Lisbonense*, o visconde de Villarinho de S. Romão, que situaria a introdução da sua cultura entre nós «pouco antes de 1760»³⁴. Em discurso pronunciado na *Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica*, em Janeiro de 1802, D. Rodrigo de Souza Coutinho aludiu ao desenvolvimento que existia já do cultivo da batata³⁵. Este tubérculo, que tinha um rendimento por hectare superior ao dos cereais³⁶, tornou-se importante, tanto na alimentação humana como na do gado, nas suas regiões de cultivo.

Para concluir, as estimativas elaboradas tornam evidente que, em 1801, a Agricultura portuguesa não podia assegurar, convenientemente, a alimentação

³⁴ Justino (1988), Vol. I, pág. 41.

³⁵ Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, D. Rodrigo de Souza Coutinho, *Textos Políticos, Económicos e Financeiros, 1783-1811*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, Tomo II, pág. 199.

³⁶ Recorde-se que na estimativa dos rendimentos por unidade de superfície feita acima (pág. 18) para 1848, o rácio da batata era de 8,53 ton./ha. enquanto os do milho e do trigo ficavam abaixo de uma tonelada por hectare. Este valor de rendimento da cultura da batata é compatível com os dados, para 1862, relativos à Irlanda (6,8 ton.) e à França (11,6 ton.). Cf. O'Brien e Keyder (1978), pág. 121.

da população existente, não tinha condições de contribuir para a sua expansão, contribuindo, pelo contrário, para os fortes contingentes emigratórios, que não se registavam apenas a partir do Minho. Também, não conseguia garantir o desenvolvimento sustentado da Indústria e da rede urbana.

As mesmas estimativas não deixam qualquer dúvida de que, em 1801, **mais de dois terços da superfície nacional estava inculta**. Admita-se que a realidade, em 1801, fosse apenas 10% abaixo do limite máximo calculado. Em lugar de 3.164.167 hectares, a área cultivada reduzia-se a 2.847.750, pelo que a inculta seria de 5.977.250 hectares, que é 68% da superfície total!

Havia muito a fazer no início do século e tanto que, longos sessenta e sete anos depois, já com algum tempo de Regeneração, 46% do território ainda não tinha sido aproveitado para os cultivos agrícolas, pecuários e silvícolas. Aliás, na historiografia portuguesa, não há notícia de ter havido grandes arroteias ou largas migrações internas na primeira metade de oitocentos.

A Agricultura nacional, nos finais do século XVIII, inícios do XIX, tinha desenvolvimento insuficiente, evidenciado por numerosos escritores coevos – que não podem ser taxados de pouco informados ou tendenciosos – como vários autores de Memórias Económicas da Academia das Ciências, ou Adrien Balbi e, acima de todos, D. Rodrigo de Souza Coutinho que, desde 1783, pelo menos, apontava os graves defeitos da Agricultura portuguesa, a começar pelo maior, que era o do regime fundiário herdado da Idade Média. Este tema é desenvolvido em outro escrito³⁷.

O aspecto fulcral era a propriedade fundiária. A maioria dos que cultivavam a terra não tinha acesso à sua propriedade, ainda que pudesse dispor de capitais. A terra estava bloqueada nas mãos dos donatários, eclesiásticos e leigos, que no geral não a cultivavam. Os arrendamentos que se praticavam eram de curta duração, não incentivando à realização de benfeitorias. Esta situação é uma preocupação permanente de D. Rodrigo de Souza Coutinho no muito que escreveu sobre a Agricultura desde os seus tempos de embaixador em Turim até às Cartas régias que redigiu, já Secretário de Estado no Brasil³⁸.

³⁷ Alves Caetano, António (2009), *A Agricultura no Pensamento Económico de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1783-1810)*.

³⁸ Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, *D. Rodrigo de Souza Coutinho, Textos Políticos, Económicos e Financeiros, 1783-1811*, Introdução e Direcção de Edição de André Mansuy Diniz Silva, Tomos I e II, Lisboa, Banco de Portugal, 1993.

O Marquês de Pombal, desejoso de reformar o sector, em 1765 nomeou Intendente da Agricultura um homem muito ilustrado, que lhe fora insistentemente recomendado, de seu nome Luiz Ferrari de Mordau. Este antigo diplomata espanhol elaborou um trabalho notabilíssimo, quanto à sistematização e doutrina, que não teve continuidade. O que se pode pensar acerca do estado que teria a Agricultura portuguesa em 1782 para que tenha intitulado o seu relatório como *Despertador da Agricultura de Portugal*³⁹, senão que ela estava adormecida?

Que dúvida pode haver acerca do tratamento rudimentar do agro português quando, em 1778, uma figura tão insuspeita como D. Rodrigo, ao recomendar inovações tecnológicas escreve que, não as adoptando, «a nossa Agricultura jamais surgirá do letargo e miséria em que a vemos»⁴⁰?

Quando se chegou às Cortes Constituintes de 1821-22 todo o aparelho produtivo nacional estava em precárias condições. Não apenas a fraca Agricultura herdada do século XVIII fora sujeita a todas as destruições perpetradas pelos sucessivos invasores, como a incipiente Indústria que não fora fisicamente desmantelada – até por soldados ingleses – sufocava perante a avalanche de produtos que a florescente indústria britânica derramava sobre o país, a preços imbatíveis, graças ao Tratado de Comércio de 1810. Naturalmente, a própria actividade comercial estava quase paralisada⁴¹.

Lisboa, Abril de 2009

³⁹ Amzalak, Moses Bensabat (1950), «O *Despertador da Agricultura de Portugal* e o seu Autor, o Intendente D. Luiz Ferrari Mordau» in *Revista do Centro de Estudos Económicos do Instituto Nacional de Estatística*, Lisboa, n.º 11, págs. 67 a 173.

⁴⁰ Coutinho, D. Rodrigo de Souza (1778), «Discurso em que se prova a necessidade e utilidade dos estudos e conhecimentos hidrodinâmicos em Portugal» in *D. Rodrigo de Souza Coutinho, Textos Políticos, Económicos e Financeiros, 1783-1811*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993, Tomo I, pág. 180.

⁴¹ Acerca deste quadro de penúria nacional contemporânea da Revolução de 1820 vejam-se, entre outros: Macedo, Jorge Borges de (1963), *Problemas da História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, AIP; Pedreira, Jorge (1994), *Estrutura Industrial e Mercado Colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*, Carnaxide, Difel; Azevedo, Julião Soares de (1944), *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições; Tomás, Manuel Fernandes (1821), «Relatório sobre o estado e administração do Reino», in *A Revolução de 1820*, recolha, prefácio e notas de José Tengarrinha, Lisboa, Caminho, 1982; Borges Carneiro e outros, *Discursos Parlamentares*, Porto, Escripório da Empresa, 1878; *Memória dos Trabalhos da Comissão para o Melhoramento do Comércio nesta Cidade de Lisboa, creada por determinação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*, Lisboa, na Typographia Rollandiana, 1822.